



OPINIÃO

Regresso ao passado



DOMINGUES DE AZEVEDO

Ponto final. Após semanas de intenso debate, excessiva especulação e útil negociação foi, finalmente, aprovado o Orçamento do Estado para 2011.

Como em quase tudo o que se passa no nosso País em termos de criar, construir e evoluir, também para este documento existiram poucos “país”, leia-se partidos políticos que se lhe quiseram associar, mas muitas outras forças partidárias e amplos sectores sociais e empresariais colocaram-se na primeira fila, em bicos de pés, para atirar as primeiras pedras no imenso coro contestatário.

O costume e expectável. Muitos a falar, poucos a fazer. Dirão os críticos que este não é o Orçamento ideal. Está, de facto, longe disso. Nuns aspectos foi-se mais além do que o previsto, noutros revelou-se alguma tibieza.

Mas não é possível ter “o sol na eira e a chuva no nabal”. Aliás, para certas pessoas, catedráticas na arte da oratória, o ideal era que este Orçamento não lhes afectasse directa e minimamente. Acontece que desta vez toca a todos. Diga-se em abono da verdade que os cortes na despesa do Estado podiam e deviam ter sido mais profundos e radicais. Faltou coragem para ir mais além. Neste aspecto elogie-se o esforço negociado encetado pelo maior partido da oposição e que culminou na aprovação deste Orçamento que o País, verdadeiramente entre a espada e paragem, necessitava.

No que diz respeito às medidas fiscais, elas não são propriamente agradáveis para particulares e empresas. Com o Estado à mínima de dinheiro, o sistema fiscal é a fonte primordial de captação de receitas numa sociedade organizada como é a nossa. Neste capítulo, apesar de ter cortado a direito, notou-se alguma preocupação em não castigar demasiado as classes mais desfavorecidas no que diz respeito aos escalões de IRS e deduções.

Mais inquietante é a lógica associada a este documento no que concerne à fiscalidade das empresas. Nota-se, neste particular,

uma espécie de regresso ao passado, na postura desconfiada como o Estado perspectiva a vivência das empresas e o seu cumprimento face aos deveres de cidadania. Parece que todas são fraudulentas e alvo de suspeita.

Quem sai penalizado é o tecido empresarial nacional. É acentuando o papel de desprezo a que os governos têm votado as pequenas e médias empresas. A carga fiscal praticada continua a não ser das mais elevadas da União Europeia, mas o que se censura são os métodos acessórios que castigam as empresas, nomeadamente os mecanismos falaciosos sem valor acrescentado na verdade tributária.

É exemplo disso a criação de mecanismos impeditivos do uso de direitos às empresas, no caso vertente a dedução dos prejuízos fiscais, matéria que aflorámos no último artigo publicado nesta coluna de opinião.

A bola de neve avoluma-se e o círculo vicioso instala-se: as empresas encerram portas, são eliminados postos de trabalho e perante a actual conjuntura não resta alternativa ao governo que não seja substituir o rendimento que ia buscar aos trabalhadores que tinham postos de trabalho pelas receitas de outros cidadãos activos.

Progressivamente tem-se notado uma descaracterização do sistema fiscal face ao princípio da humanização introduzido em 1989 com a reforma tributária. Os impostos eram aplicados em função da situação no seu contexto real e considerando a realidade objectiva.

Essa personalização tem sido mitigada, estando a cair-se na concepção exclusiva da fonte de rendimentos. É uma espécie de regresso ao passado e à filosofia do “imposto complementar”, um tributo de má memória, extinto em 1989. ■

Nota-se [no Orçamento], uma espécie de regresso ao passado, na postura desconfiada como o Estado perspectiva a vivência das empresas. Parece que todas são fraudulentas e alvo de suspeita.